

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2020
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 01

A Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. – CEASA/ CAMPINAS, **através do** Instituto de Educação e Desenvolvimento Social Nosso Rumo, **torna pública a Retificação nº 01 do Edital de Abertura nº 01/2020.**

1. DAS ALTERAÇÕES

1.1. No CAPÍTULO I – CONCURSO PÚBLICO, especificamente nos itens 1.1.2., 1.1.3., 1.3., Tabela I, leiam-se como segue e não como constaram:

1.1.1. Antes do término do período de experiência, o(a) contratado(a) terá o seu desempenho avaliado, mediante avaliação conforme PCS – Plano de Cargos e Salários;

1.1.2. Aprovado na avaliação do período, o contrato de experiência será transformado em prazo indeterminado ou, caso contrário, será rescindido, nos termos da lei.

1.3. A escolaridade, o código da opção, o cargo, o número de vagas de ampla concorrência, o número de vagas para pessoas com deficiência, o número de vagas para cota racial, o salário inicial, a carga horária diária, os requisitos mínimos exigidos, a cidade de lotação, a cidade de realização das provas e o valor da inscrição, são os estabelecidos nas tabelas abaixo:

TABELA I

ESCOLARIDADE – ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO									
Cód.	CARGO	Vagas AC*	Vagas PCD**	Vagas Cota Racial***	Salário Inicial e Carga Horária	Requisitos Mínimos Exigidos	Cidade de Lotação	Cidade de Realização da Prova	Valor das Inscrições
101	Operador de Carga	01	-	-	R\$ 1.873,83 36 horas semanais	Ensino Fundamental Completo e certificado de curso de operador de empilhadeiras	Campinas	Campinas	R\$ 35,00
2.									
ESCOLARIDADE – ENSINO MÉDIO COMPLETO									
Cód.	CARGO	Vagas AC*	Vagas PCD**	Vagas Cota Racial***	Salário Inicial e Carga Horária	Requisitos Mínimos Exigidos	Cidade de Lotação	Cidade de Realização da Prova	Valor das Inscrições
201	Assistente Administrativo I	01	-	-	R\$ 2.867,27 36h horas semanais	Ensino Médio Completo	Campinas	Campinas	R\$ 44,00

202	Conferente	01	-	-	R\$ 2.391,53 36 horas semanais	Ensino Médio Completo	Campinas	Campinas	R\$ 44,00
203	Motorista de Caminhão	01	-	-	R\$ 2.391,53 36 horas semanais	Ensino Médio Completo e Habilitação Categoria "D"	Campinas	Campinas	R\$ 44,00
204	Técnico de Mercado I	01	-	-	R\$ 2.867,27 36 horas semanais	Ensino Médio Completo	Campinas	Campinas	R\$ 44,00

ESCOLARIDADE – ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Cód.	CARGO	Vagas AC*	Vagas PCD**	Vagas Cota Racial***	Salário Inicial e Carga Horária	Requisitos Mínimos Exigidos	Cidade de Lotação	Cidade de Realização da Prova	Valor das Inscrições
301	Advogado (área trabalhista)	01	-	-	R\$ 7.232,42 36 horas semanais	Superior Completo em Direito e Registro na OAB	Campinas	Campinas	R\$ 59,00
302	Analista Contábil	01	-	-	R\$ 4.279,29 36 horas semanais	Superior em Ciências Contábeis e Registro no CRC	Campinas	Campinas	R\$ 59,00
303	Arquiteto	01	-	-	R\$ 7.310,79 36 horas semanais	Superior Completo em Arquitetura e Registro no CAU	Campinas	Campinas	R\$ 59,00
304	Assistente de Departamento Pessoal	01	-	-	R\$ 3.842,42 36 horas semanais	Superior Completo em Administração de Empresas ou Tecnólogo Completo em RH	Campinas	Campinas	R\$ 59,00
305	Contador	01	-	-	R\$ 7.232,42 36 horas semanais	Superior em Ciências Contábeis e Registro CRC	Campinas	Campinas	R\$ 59,00
306	Engenheiro Civil	01	-	-	R\$ 7.310,79 36 horas semanais	Superior Completo em Engenharia Civil e Registro no CREA	Campinas	Campinas	R\$ 59,00
307	Nutricionista	01	-	-	R\$ 4.279,29 36 horas semanais	Ensino Superior em Nutrição, Registro no CRN e Habilitação Categoria "B"	Campinas	Campinas	R\$ 59,00

LEGENDA: *AC = Vagas de Ampla Concorrência; **PCD = Vagas reservadas às Pessoas com Deficiência, *** Cota Racial = Vagas reservadas às Pessoas que fazem parte da Cota Racial.

1.2. No CAPÍTULO 7 – DAS PROVAS, especificamente no item Tabela de etapas do Concurso Público, leia-se como segue e não como constou:

TABELA DE ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

Nível Fundamental Completo			
Cargo	Tipo de Prova	Conteúdo/ Disciplinas	Nº de Itens
Técnico de Mercado I	Objetiva	Língua Portuguesa	10
		Matemática	10
		Conhecimentos Específicos	10
Nível Médio e Técnico			
Cargo	Tipo de Prova	Conteúdo/ Disciplinas	Nº de Itens
Assistente Administrativo I Confidente Técnico de Mercado I	Objetiva	Língua Portuguesa	10
		Matemática	10
		Conhecimentos Específicos	15
Nível Médio e Técnico			
Cargo	Tipo de Prova	Conteúdo/ Disciplinas	Nº de Itens
Motorista de Caminhão	Objetiva	Língua Portuguesa	10
		Matemática	10
		Conhecimentos Específicos	15
	Prática	Conforme Capítulo 11 deste edital	
Nível Superior			
Cargo	Tipo de Prova	Conteúdo/ Disciplinas	Nº de Itens
Analista Contábil Arquiteto Assistente de Departamento Pessoal Contador Engenheiro Civil	Objetiva	Língua Portuguesa	10
		Matemática	10
		Noções de Informática	5
		Conhecimentos Específicos	15
Nutricionista	Objetiva	Língua Portuguesa	10
		Matemática	5
		Políticas de Saúde	10
	Títulos	Conforme Capítulo 12 deste edital	
Advogado	Objetiva	Língua Portuguesa	10
		Noções de Informática	05
		Conhecimentos Específicos	25
	Peça Processual	Conforme Capítulo 10 deste edital	
	Títulos	Conforme Capítulo 12 deste edital	

1.3. No CAPÍTULO 4 – DOS RECURSOS, especificamente no item 14.1, leia-se como segue e não como constou:

14.1. Serão admitidos recursos nas seguintes situações: divulgação o resultado das inscrições efetivadas; divulgação das inscrições reservadas às pessoas com necessidades

especiais; divulgação das solicitações de condições especiais para a realização da prova; indeferimento das inscrições com solicitação de isenção, divulgação dos gabaritos provisórios; divulgação dos resultados provisórios referentes à Avaliação de Títulos; resultado provisório da Prova Objetiva; resultado provisório da Peça Processual, Divulgação do Resultado Provisório da Prova Prática e Divulgação do Resultado Provisório da Avaliação Presencial da Cota Racial.

1.4. No CAPÍTULO 15 – DA CONTRATAÇÃO, especificamente os itens 15.5., 15.6., 15.7., 15.8., 15.9., 15.10. e 15.11., leiam-se como segue e não como constaram:

15.5. O candidato convocado para contratação ou seu procurador, devidamente documentado, deverá além de atender as exigências referentes aos Pré-Requisitos descritos neste Edital, apresentar os seguintes documentos:

- a) Uma Foto 3x4 recente;
- b) Cópia da Carteira de Identidade (R.G) – com data de emissão inferior a 10 anos e nome atualizado de acordo com a certidão de casamento, se for o caso;
- c) Cópia do CPF – se casado(a) - nome atualizado de acordo com a certidão de casamento;
- d) Cópia da Certidão de nascimento se solteiro(a) ou de casamento se casado(a) e cópia da certidão de separação se foi casado(a) anteriormente;
- e) Título de Eleitor e Certificado de Quitação Eleitoral emitida pelo site do TRE - www.tre-sp.jus.br;
- f) Certificado de reservista/dispensa de incorporação ou atestado de regularidade para o sexo masculino;
- g) Cópia do comprovante de endereço: Constando cidade, bairro, CEP – preferência por conta da residência – não deve ter data anterior a dois meses da data atual. Caso não esteja em seu nome, pode estar no nome do pai/mãe/avós ou contrato de aluguel ou declaração do dono do imóvel;
- h) Cópia do certificado de escolaridade de acordo com os requisitos para o cargo. Para os empregos de nível médio, se o candidato já concluiu o nível superior deverá apresentar original e cópia do certificado;
- i) Cópia da Carteira de Registro Profissional no Conselho de Classe da Categoria, juntamente com o comprovante de quitação anual, quando for o caso;
- j) Cópia do número do PIS ou PASEP ou Cartão Cidadão;
- k) Pesquisa de Qualificação Cadastral no site e-social.gov.br / consulta qualificação cadastral/consulta on-line:

<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>,, caso seja apontada alguma inconsistência na pesquisa ligar no INSS, telefone 135, opção 3 e solicitar a correção dos dados apontados;

l) Currículo atualizado;

m) CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social: - Cópia das páginas de identificação da carteira de trabalho - Frente / verso; - Cópia das páginas com os registros de empregos;

n) Comprovante do deferimento de Exoneração de emprego ou cargo público, quando for o caso;

o) Cópia da Carteira de Habilitação de Motorista – CNH, se for o caso;

p) Atestado de Antecedentes Criminais da Polícia Federal - emitida pelo site www.dpf.gov.br; e Atestado de Antecedentes Criminais da Polícia Estadual - emitida pelo site www.ssp.sp.gov.br;

q) Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos;

r) Cópia do Bilhete único/vale transporte - se já for usuário do sistema de transporte do município de Campinas;

s) Documentos do cônjuge: - Cópia do R.G (atualizado de acordo com a certidão de casamento); - Cópia do CPF (obrigatório e atualizado de acordo com a certidão de casamento);

t) Caso existam outros dependentes, somente para fins de IR, é necessário trazer 1 cópia do RG, CPF e PIS;

u) Cópia da Carta de Concessão de Benefício, se aposentado;

v) Para os cargos exigidos, Cópia da Certidão de Prontuário da CNH emitida pelo DETRAN, comprovando a inexistência de bloqueio ou impedimento para dirigir;

w) Cópia simples da última Declaração de Imposto de Renda ou cópia simples de Declaração de Bens, conforme Lei nº 8.429/1992 e Lei Municipal nº 14.660/2013.

x) cópia da Certidão de Nascimento dos filhos dependentes.

15.6. No caso de comparecimento de procurador para representar o candidato na apresentação dos pré-requisitos, este deverá estar munido de procuração pública específica para fins de entrega de documentos para admissão em concurso público.

15.7. Caberá à CEASA a avaliação e o deferimento da documentação comprobatória apresentada pelo candidato.

15.8. A falta de comprovação de qualquer dos requisitos ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo Concurso Público e a anulação de todos os atos com respeito a ele praticados pela CEASA, ainda que já tenha sido publicado o edital de homologação do resultado final, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

15.9. Caso a documentação apresentada seja considerada irregular pela CEASA, o candidato terá 2 (dois) dias úteis para solicitar um pedido de reconsideração da decisão, via protocolo no Departamento de Recursos Humanos da CEASA, situado na Rodovia Dom Pedro I, km 140,5 - Pista Norte, CEP 13082-902.

15.10. Não assumirá vaga, quando convocada, a candidata que estiver em período de licença gestante/percepção de salário maternidade, sendo reconvocada, por uma única vez, a partir da data do vencimento do seu período de licença gestante relativo à gravidez constatada na época da convocação.

15.11. Somente serão admitidos os candidatos considerados aptos na Avaliação Médica Admissional realizada pela CEASA.

1.5. No ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, houveram alterações nos conteúdos especificados neste item, leiam-se como segue e não como constaram:

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários). Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia. Ordem alfabética. Pontuação. Acentuação. Plural dos substantivos e adjetivos. Adjetivo, numeral, pronome, verbo, artigo e substantivo. Divisão silábica. Reconhecimento de frases corretas e incorretas. Concordância verbal e nominal.

MATEMÁTICA

Números inteiros: operações e propriedades. Números racionais, representação fracionária e decimal: operações e propriedades. Mínimo múltiplo comum. Máximo Divisor Comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples. Média aritmética simples. Equação do 1º grau. Sistema de equações do 1º grau. Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, teorema de Pitágoras. Raciocínio lógico. Resolução de situações-problema. Medidas de comprimento. Unidades de medidas: metro, centímetro, milímetro, decâmetro, decímetro, hectômetro, quilômetro. Medidas de tempo: hora, minuto e segundo.

PARA O CARGO DE TÉCNICO DE MERCADO I

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de logística. Conferência de cargas. Recepção de produtos. Conferência quantitativa e qualitativa. Normas de classificação e padronização de embalagem. Tabela de preços. Registro de Inventário. Relatório de entradas e saídas do período. Separação dos itens por grupo. Cadastro de fornecedores. Cotação de mercado. Definição do nível de estoque. Informação e padronização sobre materiais. Inventário de materiais. Noções de almoxarifado. Técnicas de arquivamento de documentos em geral e multimídia. Métodos e procedimentos de arquivamento. Noções básicas de contabilidade. Princípios contábeis. Noções de nota fiscal. Lei orgânica municipal. Noções de informática: MS-Word, Excel e Outlook. Noções de navegadores e internet. Manual de Redação da Presidência da República. Noções de estatística e gráficos.

PARA O CARGO DE NUTRICIONISTA

POLÍTICAS PÚBLICAS

Lei nº 11.947/2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. RESOLUÇÃO Nº 26/2013 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Portaria Interministerial Nº 1.010/2006 que Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Constituição Federal (artigos 196 a 200). Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). Lei nº 8.142/90. Decreto nº 7.508/11. Portaria nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica. Portaria Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – NOB-SUS de 1996. Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS – NOAS-SUS 01/02. Estratégias de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Programas e ações do Ministério da Saúde. Saúde da Família. Provac. Cartão Nacional de Saúde. Programas de controle do câncer. Controle de tabagismo. Projeto Expande. Estratégia de Saúde da Família ESF. O Ministério da Saúde: estrutura e competências. Imunizações. Orientação e prevenção. Vigilância de A a Z. Doenças de Notificação Compulsória. PROADI-SUS. Programa Farmácia Popular do Brasil. Calendário nacional de vacinação. NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Políticas de Atenção Básica, Alimentação e Nutrição, Saúde Bucal/ Brasil Sorridente. Práticas integrativas. Programas de vacinação: Sarampo, HPV, Febre Amarela, Gripe: efeitos colaterais, tipos de vacinas, indicações, informações gerais. Cadernos HumanizaSUS: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizasus_atencao_basica.pdf. Boletins epidemiológicos dos últimos 6 (seis) meses a contar da data de publicação do Edital. Protocolos da Organização Mundial de Saúde (OMS).

PARA O CARGO DE ADVOGADO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Direito Constitucional: Da Administração Pública. Dos Servidores Públicos. Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Da tributação e do orçamento. Das limitações do poder de tributar. Dos impostos da União, Estados e Municípios. Das finanças públicas. Da ordem econômica e financeira. Dos princípios gerais da atividade econômica. Lei de Responsabilidade Fiscal. Constituição: Conceito e conteúdo, princípios fundamentais do Direito Constitucional. Direito e Garantias Fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, generalidades, direitos de ação, devido processo legal, "Habeas Corpus", mandado de segurança. Mandado de segurança coletivo, ação popular, mandado de injunção, habeas-data e ação civil pública. Estado Federal: a União, os Estados, os Municípios, o Direito Federal e os Territórios. Município: organização, competência e fiscalização. Intervenção no Município. Política Urbana, separação de poderes, delegação. Poder Legislativo: composição e atribuições. Processo Legislativo; Poder Executivo: composição e atribuições; Poder Judiciário: composição e atribuições. Funções essenciais à Administração da Justiça: o Ministério Público e a Advocacia. Princípios Constitucionais do Orçamento. Bases e Valores da Ordem Econômica e Social. Função dos Tribunais de Contas. Da Ordem Econômica e Financeira. Constituição do Estado de São Paulo: Dos Fundamentos do Estado. Da Organização dos Poderes. Da Organização do Estado. Dos Municípios e Regiões. Da Tributação, das Finanças e dos Orçamentos. Da Ordem Econômica. Da Ordem Social. Disposições Constitucionais Gerais. Súmulas e entendimentos jurisprudenciais dos Tribunais Superiores.

2. Direito Civil: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Pessoas naturais. Capacidade civil e direitos inerentes à personalidade. Pessoas jurídicas Ato jurídico, fato jurídico e negócio jurídico. Elementos incidentais, defeitos e invalidade do negócio jurídico. Nulidade e anulabilidade do negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos e ilícitos. Teorias sobre o dano moral, dano estético, dano coletivo e dano social. Prescrição: conceito, prazo, suspensão, interrupção e decadência. Obrigações: obrigação de dar, de fazer e não fazer; obrigações alternativas, divisíveis, indivisíveis, solidárias; cláusula penal. Extinção das obrigações de pagamento – Objeto e prova, lugar e tempo de pagamento; mora; compensação, novação, transação; direito de retenção. Responsabilidade civil. Direitos reais. Contratos em geral: Empréstimo; comodato; mutuo; prestação de serviço; empreitada; mandato; fiança; extinção. Do direito civil na Constituição Federal. Dos direitos da personalidade. Das Pessoas Jurídicas. Disposições Gerais. Das Associações. Das Fundações. Representação. Condição, termo e encargo. Dos defeitos do negócio jurídico. Da Prescrição e da Decadência. Das obrigações solidárias. Do adimplemento e Extinção das Obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Dos contratos em geral. Das várias espécies de contrato. Do empresário. Da sociedade: disposições gerais. Do estabelecimento. Do nome empresarial. Do ato lícito e ilícito. Da responsabilidade civil. Do transporte. Do transporte de pessoas. Do transporte de coisas. Da evicção. Parcelamento do solo urbano. Loteamento. Registros públicos e registros de imóveis. Lei nº 6.015/73. Súmulas e entendimentos jurisprudenciais dos Tribunais Superiores.

3. Direito Processual Civil: Ação, pretensão, condição da ação, classificação. Processo e procedimento; formação, extinção e suspensão do processo; pressupostos processuais. Prazos: classificação, princípios, contagem, preclusão, prescrição. Sujeitos da relação processual: partes, litisconsórcio e capacidade de ser parte de estar em juízo. Intervenção de terceiros. Pedido: petição inicial – requisitos e vícios; pedido determinado, genérico e alternativo; cumulação de pedidos; interpretação e alteração do pedido. Resposta do réu; contestação, exceção e objeção; exceções processuais: incompetência, reconvenção; revelia; ação civil pública. Sentença e coisa julgada. Tutela Provisória. Processo de Conhecimento e do Cumprimento de Sentença. Processo de Execução. Da Ordem dos Processos e dos Processos de Competência Originária dos Tribunais. Do Incidente de Assunção de Competência. Ação Rescisória. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Reclamação. Recursos: disposições gerais e recursos em espécie. Juizado Especial Cível. Assistência Judiciária. Lei 9.099/1995. Enunciados do FONAJE. Súmulas e entendimentos jurisprudenciais dos Tribunais Superiores.

4. Direito Tributário. Sistema Tributário Nacional. Normas Gerais de Direito Tributário: legislação tributária, fontes principais e secundárias do Direito Tributário, lei complementar em matéria tributária, vigência da legislação tributária, aplicação da legislação tributária; interpretação e integração da legislação tributária. Limitações ao Poder de Tributar (Princípios Jurídicos da Tributação). Imunidades Genéricas e Específicas. Regra Matriz de Incidência Tributária: critérios material, espacial, temporal, pessoal e quantitativo. Tributos: modalidades definições e espécies. Impostos federais, estaduais e municipais, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais. Competência tributária da União, dos Estados e dos Municípios. Capacidade tributária. Obrigação Tributária: tipos e objetos, fato gerador, sujeito ativo, sujeito passivo, solidariedade, capacidade tributária, domicílio tributário. Responsabilidade Tributária, responsabilidade dos sucessores, responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações. Crédito Tributário: lançamento tributário, modalidades de lançamentos; suspensão da exigibilidade do crédito tributário – modalidades; extinção da exigibilidade do crédito tributário –

modalidades; exclusão do crédito tributário – modalidades. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário, preferências. Administração Tributária: Fiscalização; Dívida Ativa; Certidões negativas e positivas. Execução Fiscal. Medida Cautelar Fiscal. Ação Anulatória de Lançamento Tributário. Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-tributária. Ação de Repetição de Indébito. Ação Consignatória em matéria tributária. Mandado de Segurança. Repartição da Receita Tributária. Crimes contra a ordem tributária. Súmulas e entendimentos jurisprudenciais dos Tribunais Superiores.

5. Direito Administrativo: Administração Pública. Administração Pública na Constituição Federal. Regime Jurídico Administrativo. Princípios de Direito Administrativo. Atos administrativos. Licitações e legislação pertinente. Pregão e Regime Diferenciado de Contratação (RDC). Poderes Administrativos: conceitos, requisitos, classificação e espécies. Contratos administrativos. Serviços públicos e administração indireta/Entidades paraestatais. Bens Públicos. Terceiro Setor. Servidores e Empregados Públicos: normas constitucionais e legais. Responsabilidade Civil da administração. Controle da administração pública. Improbidade administrativa. Processo administrativo e sindicância. Tomada de contas especial. Legislação correlata de direito administrativo: Lei nº 8.429/92 e suas alterações (Lei de Improbidade Administrativa). Lei nº 8.666/1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Lei nº 8.987/1995 e suas alterações (Lei de concessão e permissão da prestação de serviços públicos). Lei nº 10.520/2002 e suas alterações (Lei do Pregão). Lei nº 11.107/2005 e suas alterações (Lei de Consórcios Públicos). Lei nº 12.462/2011 (Lei do Regime Diferenciado de Contratações). Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 12.846/2013 e suas alterações (Lei Anticorrupção). Lei nº 13.019/2014 e suas alterações (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil). Lei nº 13.303/2016 e suas alterações (Estatuto Jurídico das Empresas Estatais). Súmulas e entendimentos jurisprudenciais dos Tribunais Superiores.

6. Direito Do Trabalho: Consolidação das Leis do Trabalho e suas alterações. Fontes do direito do trabalho e princípios aplicáveis. Direitos constitucionais dos trabalhadores. Sujeitos da relação de emprego. Relação de trabalho e relação de emprego. Trabalhador autônomo, avulso eventual e temporário. O empregador; sucessão de empregadores. O contrato de trabalho. Vícios e defeitos. Espécie do contrato de trabalho. Contrato individual de trabalho. Alteração, suspensão, interrupção e rescisão do contrato de trabalho. Salário e Remuneração. Duração do trabalho: jornada, repouso, férias. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Terminação do contrato de trabalho. Rescisão. Aviso prévio. Fundo de garantia do tempo de serviço. Estabilidade e garantias provisórias de emprego. Proteção ao trabalho do menor. Proteção ao trabalho da mulher. Direito coletivo do trabalho

7. Direito Processual do Trabalho. Princípios, fontes, autonomia e interpretação. Justiça do Trabalho: organização, competência e funcionamento. Ministério Público do Trabalho: organização, competência e atribuições. Ação trabalhista: sujeitos, causa, objetivo, classificação e condições de seu exercício. Atos, termos e prazos processuais; nulidades. Partes e procuradores. Assistência. Representação. Substituição processual. Jus postulandi. Mandato tácito. Audiência de instrução e julgamento. Conciliação. Contestação. Compensação. Retenção. Reconvenção. Exceções. Fase probatória: exibição de documentos, depoimentos pessoal e de testemunhas. Ônus da prova. Prova pericial. Fase decisória. Estrutura da sentença: requisitos formais; efeitos. Coisa julgada. Sistema recursal trabalhista: espécies de recursos; pressupostos; efeitos; juízos de admissibilidade. Recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. Execução trabalhista. Execução provisória e execução definitiva: norma de procedimento. Mandado de citações e de penhora. Liquidação da sentença. Embargos à execução. Procedimentos especiais. Dissídio coletivo: conceito; classificação; competência; sentença normativa; ação de cumprimento. Procedimentos especiais: mandado de segurança; ação rescisória; habeas corpus; embargos de terceiros; medidas cautelares; conflitos de competência; reclamação correcional. Prescrição e Decadência. Assistência judiciária. Ações admissíveis no processo trabalhista.

PARA OS CARGOS DE ANALISTA CONTÁBIL E CONTADOR

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade Pública: Conceito, objeto e regime. Princípios Fundamentais de Contabilidade sob perspectiva do Setor Público. Campo de aplicação. Legislação básica. Receita: conceito, classificação e estágios, aspectos patrimoniais, aspectos legais, contabilização, deduções, renúncia e destinação da receita, Dívida Ativa. Despesa: conceito, classificação e estágios, aspectos patrimoniais, aspectos legais, contabilização, dívida pública, operações de crédito. Variações Patrimoniais Ativas e Passivas: interferências, mutações, acréscimos e decréscimos patrimoniais. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – Última Edição: Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Tabela de Eventos: conceito, estrutura e fundamentos lógicos. Demonstrações Contábeis: Balanço Financeiro, Patrimonial, Orçamentário e Demonstrativo das Variações Patrimoniais. Conceitos, Aspectos legais, Forma de Apresentação, elaboração, análise dos demonstrativos. Sistemas de Informações Contábeis. Manuais: Receita, Despesa, Dívida Ativa. Registros contábeis de operações típicas na área pública: previsão da receita, dotação da despesa, descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros, empenho, liquidação e pagamento da despesa, arrecadação, recolhimento, destinação da receita orçamentária pública, retenções tributárias, renúncia da receita, deduções da receita, Restos a Pagar, Despesa de Exercícios Anteriores, Suprimento de Fundos, Operações de Créditos. Sistemas de contas. Bens Públicos: De uso Especial, Dominiais e de Uso Gerais. Conceitos, aspectos legais e contábeis. Inventário e Administração de Material. Métodos de avaliação. Contabilização. Gestão patrimonial dos bens móveis, imóveis e intangíveis. Registros na contabilidade do setor público de aspectos patrimoniais: depreciações, amortização e exaustão, provisões, apropriação da receita e da despesa pelo regime de competência, contingências passivas, reservas, perdas, ajustes de exercícios anteriores. Tomada e Prestação de Contas. Diversos Responsáveis. Conformidade de Gestão e Conformidade Contábil. Procedimentos de Encerramento do Exercício. Consórcios Públicos. Conceito. Contabilização. Orçamento público: princípios orçamentários, diretrizes orçamentárias, processo orçamentário, métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público, normas legais aplicáveis, receita pública: categorias, fontes, estágios, dívida ativa, despesa pública: categorias, estágios, suprimento de fundos, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores. Licitação pública: modalidades dispensa e inexigibilidade: pregão, contratos e compras. Convênios, Contratos de repasse e Termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal do Município. Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Conhecimento das práticas contábeis adotadas no Brasil conforme CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Conhecimento dos princípios contábeis, BP, DRE, DMPL, DFC e Notas Explicativas e Código de Ética. Resolução CFC n.º 2019/NBCTGEC – NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL. Decreto n.º 3.000/99 - Regulamento do IRPF e IRPJ. Lei n.º 12.973/2014 e INRFB 1.700/2017. Lei n.º 10.637/02. Lei n.º 10.833/03 e Instrução Normativa SRF n.º 459. Lei Complementar n.º 116/03. Lei Municipal 12.392/2005. Lei n.º 6.404/76 – Sociedades Anônimas e posteriores alterações. Lei n.º 13.303/2016 – Lei das Estatais

1.6. No ANEXO III – CRONOGRAMA, leia-se como segue e não como constou:

INÍCIO	HORÁRIO INÍCIO	TÉRMINO	HORÁRIO TÉRMINO	EVENTOS
14/04/2020	10h00	14/04/2020		Publicação do Edital de Abertura. Divulgação no site do Instituto Nosso Rumo.
14/04/2020	10h00	06/05/2020	23h59	Período de inscrição via internet.
14/04/2020	10h00	06/05/2020	23h59	Período de envio dos títulos
14/04/2020	10h00	06/05/2020	23h59	Período de envio dos laudos
14/04/2020	10h00	15/04/2020	23h59	Solicitação de Isenção
14/04/2020	10h00	15/04/2020	23h59	Período de envio da documentação comprobatório da solicitação de isenção
20/04/2020	10h00	20/04/2020		Divulgação dos deferimentos da solicitação de isenção
22/04/2020	10h00	23/04/2020	23h59	Período recursal contra o resultado da solicitação de Isenção
27/04/2020	10h00	27/04/2020		Divulgação das respostas dos recursos contra o indeferimento da solicitação de Isenção
28/04/2020	10h00	28/04/2020		Divulgação das isenções após período de Recurso
07/05/2020		07/05/2020		Data limite para pagamento do valor de inscrição.
08/05/2020	10h00	08/05/2020		Divulgação no site do Instituto Nosso Rumo das inscrições confirmadas.
11/05/2020	10h00	12/05/2020	23h59	Prazo recursal referente ao indeferimento da inscrição. Prazo recursal referente ao indeferimento da participação nas vagas reservadas às pessoas com deficiência. Prazo recursal referente ao indeferimento da solicitação de condição especial.
13/05/2020	10h00	13/05/2020		Disponibilização no site do Instituto Nosso Rumo da análise dos recursos referentes à divulgação da relação de candidatos inscritos no certame, de candidatos inscritos para vagas reservadas às pessoas com deficiência e candidatos que solicitaram condição especial para a realização da prova.
15/05/2020	10h00	15/05/2020		Publicação do Edital de Convocação para as Provas Objetivas. Divulgação no site do Instituto Nosso Rumo.
24/05/2020		24/05/2020		Aplicação das Provas Objetivas e Discursivas
25/05/2020	00h00	26/05/2020	23h59	Correção Cadastral
17/06/2020	10h00	17/06/2020		Divulgação do Resultado Provisório das Provas Objetivas, Dissertativas, Títulos e Gabarito Provisório
18/06/2020	10h00	19/06/2020	23h59	Prazo recursal referente ao resultado provisório da prova objetiva, Discursiva, Gabarito e Avaliação dos Títulos.
02/07/2020	10h00	02/07/2020		Publicação do Edital de Convocação para as Provas Práticas e Cota Racial e Resultado Final das Provas Objetivas, Títulos e Discursiva.
12/07/2020		12/07/2020		Aplicação das Provas Práticas e Avaliação Presencial da Cota Racial
15/07/2020	10h00	15/07/2020		Divulgação do resultado provisório das provas práticas e Avaliação Presencial da Cota Racial.
16/07/2020	10h00	17/07/2020	23h59	Prazo recursal referente ao resultado provisório das provas práticas e Avaliação Presencial da Cota Racial.
27/07/2020	10h00	27/07/2020		Publicação do resultado final e homologação do certame.

2. DAS INCLUSÕES

2.1. No CAPÍTULO 6 – DA COTA RACIAL – LEI COMPLEMENTAR Nº 250 DE 10/12/2019, foi incluído, conforme segue:

6.1. De acordo com a Lei Complementar nº 250 de 10 de dezembro de 2019, ficam reservadas aos candidatos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas para cada cargo cujas vagas ofertadas forem iguais ou superiores a três.

6.2. Os candidatos habilitados, que se autodeclararem no ato da inscrição para concorrer às vagas reservadas à cota racial, serão convocados para uma avaliação que ocorrerá antes da elaboração do Resultado Final, onde será verificada a veracidade das informações inseridas pelo candidato no ato da inscrição.

6.3. A análise da veracidade da autodeclaração se dará através dos aspectos fenotípicos do candidato, realizados por uma comissão, com poder deliberativo, nomeada para este fim.

6.4. Os aspectos fenotípicos do candidato, para fim de enquadramento na cota racial, serão avaliados através do método da observação simples da região dos braços (bíceps braquial).

6.5. A Comissão avaliadora reserva-se o direito de, se necessário, registrar imagem fotográfica e filmagem do candidato, da região do rosto e dos braços (bíceps braquial), para compor o processo de avaliação.

6.6. O candidato que não comparecer à avaliação ou que negar-se a realizá-la, no todo ou em parte, no dia e local determinado, será eliminado do Concurso Público.

6.7. Submetido à avaliação, constatada qualquer falsidade ou irregularidade na autodeclaração, o candidato será eliminado do Concurso Público.

6.8. A divulgação da convocação dos candidatos habilitados está prevista conforme anexo III no endereço www.nossorumo.org.br, clicando em área do candidato, digitando o CPF e a senha e clicando no certame desejado e em seguida clicar em Local da Avaliação Presencial da Cota Racial.

6.9. A data prevista para Análise presencial da Cota Racial está mencionada no Anexo III em locais e horários informados posteriormente.

6.10. O resultado provisório da Análise da Cota Racial estará disponível na área restrita do candidato na data mencionada no Anexo III.

6.11. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da avaliação, no período mencionado no Anexo III, nos termos no capítulo 14. DOS RECURSOS.

2.2. No CAPÍTULO 12 – DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS, especificamente nos itens 12.11 e 12.11.1, foram incluídos, conforme seguem:

12.11. No ato da posse o candidato deverá apresentar os documentos correspondentes aos

títulos de forma original para que possa ser realizada a conferência do documento encaminhado durante o período das inscrições.

12.11.1. Caso houver alguma irregularidade na conferência do documento enviado para o documento original, o candidato será eliminado do concurso.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Permanecem inalterados os demais itens e disposições do Edital de Abertura 01/2020.

Campinas, 27 de abril de 2020.

WANDER DE OLIVEIRA VILLALBA
DIRETOR PRESIDENTE

